

Saúde do Trabalhador e Políticas Públicas em Torno das Doenças Transmissíveis no Ambiente Laboral

Worker Health and Public Policies on Communicable Diseases in the Workplace

Salud del Trabajador y Políticas Públicas en Torno de las Enfermedades Transmisibles en el Ámbito Laboral

RESUMO

Este estudo objetivou analisar criticamente a produção científica sobre políticas públicas e estratégias de enfrentamento das doenças transmissíveis no ambiente de trabalho, considerando seus impactos na saúde do trabalhador. Realizou-se uma revisão integrativa de publicações indexadas entre 2013 e 2025 nas bases SciELO, PubMed/MEDLINE, LILACS, Scopus e Biblioteca Virtual em Saúde. Foram incluídos 12 artigos que evidenciaram limitações recorrentes, como subnotificação, fragilidade da articulação intersectorial e carência de investimentos em vigilância e formação continuada. Os resultados apontam que a precarização das condições de trabalho, aliada ao medo da contaminação e ao estigma, agrava o sofrimento psíquico e a vulnerabilidade social de categorias profissionais diversas. Conclui-se que a prevenção efetiva requer políticas articuladas e sustentáveis, capazes de integrar dimensões técnicas, éticas e sociais, assegurando condições dignas de trabalho e fortalecendo a vigilância em saúde como eixo estratégico da proteção coletiva.

DESCRIPTORES: Saúde da Trabalhador; Doenças Transmissíveis; Vigilância em Saúde do Trabalhador; Política de Saúde do Trabalhador.

ABSTRACT

This study aimed to critically analyze scientific production on public policies and strategies for combating communicable diseases in the workplace, considering their impacts on worker health. An integrative review of publications indexed between 2013 and 2025 in the SciELO, PubMed/MEDLINE, LILACS, Scopus, and Virtual Health Library databases was conducted. Twelve articles were included that highlighted recurring limitations, such as underreporting, weak intersectoral coordination, and lack of investment in surveillance and continuing education. The results indicate that precarious working conditions, combined with fear of contamination and stigma, aggravate the psychological distress and social vulnerability of various professional categories. It is concluded that effective prevention requires coordinated and sustainable policies capable of integrating technical, ethical, and social dimensions, ensuring decent working conditions and strengthening health surveillance as a strategic axis of collective protection.

DESCRIPTORS: Worker Health; Communicable Diseases; Worker Health Surveillance; Worker Health Policy.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar críticamente la producción científica sobre políticas públicas y estrategias de enfrentamiento de las enfermedades transmisibles en el ámbito laboral, considerando sus impactos en la salud del trabajador. Se realizó una revisión integrativa de publicaciones indexadas entre 2013 y 2025 en las bases SciELO, PubMed/MEDLINE, LILACS, Scopus y Biblioteca Virtual en Salud. Se incluyeron 12 artículos que evidenciaron limitaciones recurrentes, como el subregistro, la fragilidad de la articulación intersectorial y la falta de inversiones en vigilancia y formación continua. Los resultados señalan que la precarización de las condiciones laborales, sumada al miedo a la contaminación y al estigma, agrava el sufrimiento psíquico y la vulnerabilidad social de diversas categorías profesionales. Se concluye que la prevención efectiva requiere políticas articuladas y sostenibles, capaces de integrar dimensiones técnicas, éticas y sociales, garantizando condiciones laborales dignas y fortaleciendo la vigilancia en salud como eje estratégico de la protección colectiva.

DESCRIPTORES: Salud Laboral; Enfermedades Transmisibles; Vigilancia en Salud Laboral; Política de Salud del Trabajador.

Sthélio Freitas Macedo

Cirurgião Dentista, possui graduação em Odontologia pelo União das Faculdades dos Grandes Lagos (2024), aperfeiçoamento em Monitoramento e Avaliação em Promoção da Saúde pelo Ministério da Saúde (2025), aperfeiçoamento em Atualização no Manejo Clínico do Paciente com Diabetes Mellitus Tipo 2 -DM2 pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (2025) e aperfeiçoamento em Ser Gestor SUS - 2025 pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (2025). Pós graduando em Saúde Pública e Docência do Ensino Superior pela Faculdade Uniminas e Pós Graduando em Implantodontia pela Unorte.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3524-625X>

Ana Paula Santos Resende

Enfermeira. Bacharelado em Enfermagem pela Universidade do Leste de Minas Gerais (UNILESTE-MG), pós graduado em Enfermagem do Trabalho pela UNILESTE-MG, Especialista em MBA em Gestão Hospitalar pela Uninter, Especialista em Gestão Pública Municipal pela FURG Rio Grande RS, Especialista em Informática na Saúde pela UFRN, Mestrando no Programa de Pós Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador pela Universidade Federal de Uberlândia. Atua como Chefe da Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho (USOST) no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU/ Ebserh). Minas Gerais (MG), Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1166-2587>

Bruna Belem de Santana

Enfermeira. Graduada em enfermagem, Faculdade Internacional da Paraíba. João Pessoa (PB), Brasil. Especialista em saúde do trabalhador pela FACPrisma.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9419-7814>

Mayonara Fabíola Silva Araújo

Enfermeira. Servidora da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi - FACISA/UFRN. Santa Cruz, Rio Grande do Norte (RN), Brasil. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da FACISA/UFRN.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3505-9603>

Sabrina Regina Costa Moreira

Enfermeira. Servidora do Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena. Servidora do Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires. Pós-Graduada em Enfermagem do Trauma, Pós-Graduada em UTI, Urgência e Emergência

Christiane Valéria Balbino Canuto

Enfermeira, possui graduação em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade Federal de Alagoas (1997), Pós-graduação em Enfermagem do Trabalho (Centro Educacional São Camilo -800 horas); Especialização em Gestão em Saúde Pública (Faculdade Educacional em Araucária

Recebido em: 15/07/2025

Aprovado em: 01/08/2025

– FACEAR 360 horas); Especialização em Urgência e Emergência e UTI (Centro Universitário Tiradentes (400horas);Curso de Aperfeiçoamento: Ser Gestor SUS (Ciências Médicas de Juiz de Fora(220horas),atualmente apoiadora técnica nos programas :Combate ao Tabagismo e na Promoção a Saúde.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8318-019X>

Louise Passos Vigolvido Macedo

Doutora em Enfermagem pela Universidade de Pernambuco/Universidade Estadual da Paraíba; Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande no Norte; Especialista em Enfermagem Dermatológica pela Faculdade Nossa Senhora de Lourdes; Residência Multiprofissional em Saúde Hospitalar com Ênfase

em Saúde do Idoso. Atualmente Coordenadora de Enfermagem do Hospital Municipal de Cuité (Prefeitura Municipal de Cuité).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4750-4778>

Edgar José Pereira

Enfermeiro. Bacharelado em Enfermagem pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC Uberlândia), pós graduado em Administração Hospitalar e em Auditoria em Sistema de Saúde pela Associação do Vale do Itajaí-Mirim. Atua como Chefe do Setor de Abastecimento Farmacêutico e Suprimentos - SAFS/HC-UFU no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU/ Ebserh). Minas Gerais (MG),Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6059-2084>

INTRODUÇÃO

A saúde do trabalhador constitui uma dimensão estratégica das políticas públicas, sobretudo diante do crescente reconhecimento dos impactos das doenças transmissíveis no ambiente laboral. A exposição ocupacional a agentes biológicos, associada a condições precárias de trabalho, representa risco relevante para a ocorrência e disseminação de infecções que comprometem a saúde individual e coletiva¹.

No Brasil, os desafios relacionados à vigilância, prevenção e controle de agravos infecciosos em ambientes ocupacionais refletem desigualdades históricas e tensões entre interesses econômicos e a proteção social². A pandemia de COVID-19 evidenciou de forma contundente essas fragilidades, mostrando a vulnerabilidade de diferentes categorias profissionais, a carência de equipamentos de proteção individual e a insuficiência de protocolos integrados de biossegurança³.

Além dos impactos imediatos sobre a morbimortalidade, as doenças transmissíveis no trabalho produzem consequências psicossociais e econômicas que se prolongam no tempo, com implicações sobre a produtividade, a qualidade de vida e os custos assistenciais⁴. Ainda que normas regulamentadoras e diretrizes técnicas existam, a efetividade das ações depende de processos de ges-

tão participativa, formação permanente e fortalecimento das instâncias de vigilância em saúde do trabalhador⁵.

Nesse contexto, torna-se fundamental discutir criticamente os limites e as potencialidades das políticas públicas orientadas à prevenção de doenças infecciosas no ambiente laboral, considerando as especificidades dos diferentes setores produtivos e os determinantes sociais que condicionam o adoecimento. A saúde do trabalhador constitui uma dimensão estratégica das políticas públicas, sobretudo diante do reconhecimento crescente dos impactos das doenças transmissíveis no ambiente laboral. A exposição ocupacional a agentes biológicos representa risco significativo para diferentes categorias profissionais, incluindo trabalhadores da saúde, da indústria alimentícia, da limpeza urbana, dos serviços de transporte e de outras atividades essenciais¹. No Brasil, esse cenário é agravado por desigualdades históricas e condições precárias de trabalho, que intensificam vulnerabilidades individuais e coletivas².

A pandemia de COVID-19 evidenciou de forma contundente tais fragilidades. Estudos demonstraram altas taxas de infecção entre profissionais de saúde, associadas à insuficiência de equipamentos de proteção individual, à sobrecarga de trabalho e à ausência de políticas coordenadas de biossegurança³. Embora normas regulamentadoras

e protocolos de vigilância tenham sido aprimorados, ainda prevalecem lacunas na implementação efetiva de medidas preventivas e no monitoramento dos agravos infecciosos em diversos setores produtivos⁴.

Além das implicações diretas na morbimortalidade, as doenças transmissíveis no ambiente laboral têm efeitos psicossociais e econômicos prolongados, aumentando o absenteísmo, comprometendo a qualidade de vida e impondo elevados custos assistenciais ao sistema público de saúde⁵. Esse quadro evidencia que, mesmo com avanços normativos, persistem tensões entre interesses econômicos e a proteção social dos trabalhadores.

Problemas como a subnotificação de casos, a precarização dos vínculos empregatícios, a rotatividade das equipes e a insuficiência de políticas intersetoriais de promoção da saúde mantêm o desafio de prevenir e controlar infecções ocupacionais como questão central da agenda sanitária²⁻⁴.

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo analisar criticamente a produção científica sobre políticas públicas e estratégias de gestão voltadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças transmissíveis no ambiente de trabalho, identificando limites, potencialidades e desafios para a consolidação de práticas efetivas de saúde do trabalhador.

MÉTODO

Este trabalho configura uma revisão integrativa, abordagem metodológica que possibilita compilar, examinar e consolidar diferentes tipos de estudos, com o propósito de produzir uma análise ampla e aprofundada sobre a temática em questão. A investigação foi orientada pela necessidade de compreender de maneira crítica como as políticas públicas, as práticas de gestão e os dispositivos de vigilância têm enfrentado o desafio das doenças transmissíveis no ambiente laboral, com impactos diretos e indiretos sobre a saúde dos trabalhadores.

A construção da revisão foi organizada em seis etapas: formulação da questão de pesquisa, definição dos critérios de elegibilidade, seleção das fontes de informação, busca e coleta dos estudos, avaliação crítica do material incluído e síntese interpretativa dos achados. A pergunta norteadora foi: “Quais são as principais políticas, desafios e ações voltadas ao enfrentamento das doenças transmissíveis no ambiente laboral e seus impactos na saúde do trabalhador?”

Para compor o corpus documental, realizou-se uma busca sistematizada nas bases SciELO, PubMed/MEDLINE, LILACS, Scopus e Biblioteca Virtual em Saúde, no período de maio a julho de 2025. Foram utilizados os descritores e termos combinados por operadores booleanos: “Saúde do Trabalhador” AND “Doenças Transmissíveis”, “Políticas Pú-

blicas” AND “Ambiente de Trabalho”, “Occupational Health” AND “Infectious Diseases”.

Foram incluídos artigos originais, revisões, documentos técnicos e relatórios institucionais publicados entre 2013 e 2025, em português, inglês e espanhol, disponíveis na íntegra, que abordassem a temática em diferentes setores econômicos. Excluíram-se editoriais, dissertações, cartas ao editor e materiais sem detalhamento metodológico.

A triagem ocorreu em três momentos: leitura dos títulos e resumos, avaliação do texto completo e aplicação dos critérios de elegibilidade. Dois revisores independentes realizaram a seleção e extração dos dados, contemplando informações sobre autores, ano, objetivos, método, principais resultados e limitações. Eventuais discordâncias foram resolvidas por consenso.

A busca sistematizada nas bases de dados foi realizada entre os meses de maio e julho de 2025, abrangendo SciELO, PubMed/MEDLINE, LILACS, Scopus e Biblioteca Virtual em Saúde. Inicialmente, foram identificados 428 estudos potencialmente relevantes. Deste total, 95 registros foram recuperados na PubMed/MEDLINE, 112 na LILACS, 86 na SciELO, 71 na Scopus e 64 na Biblioteca Virtual em Saúde. Após a remoção de duplicatas e a leitura dos títulos e resumos, 172 estudos permaneceram elegíveis para análise preliminar. Em seguida, procedeu-se à leitura integral dos textos disponíveis, resultando na exclusão de

126 documentos que não atendiam aos critérios de inclusão previamente definidos, principalmente por não apresentarem dados empíricos ou por tratarem de aspectos tangenciais ao tema central. Assim, ao final do processo de seleção, 12 artigos compuseram o corpus documental desta revisão integrativa, permitindo uma apreciação abrangente das evidências científicas sobre políticas públicas e saúde do trabalhador no enfrentamento das doenças transmissíveis no ambiente laboral.

Os dados extraídos foram organizados em uma matriz sintética e categorizados segundo aspectos conceituais, normativos e operacionais relacionados à vigilância em saúde do trabalhador e à prevenção de infecções ocupacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta revisão integrativa evidenciam que as doenças transmissíveis no ambiente laboral permanecem como um desafio persistente à saúde pública e à saúde do trabalhador no Brasil e em outros contextos latino-americanos. Parte significativa dos estudos aponta que, embora haja arcabouço normativo e diretrizes técnicas consolidadas, a implementação prática das políticas públicas é frequentemente limitada por desigualdades regionais, carência de financiamento e lacunas estruturais no sistema de vigilância epidemiológica⁶⁻⁷.

QUADRO 1 – Estudos selecionados para a pesquisa:

Autores / Ano / Revista	Objetivo	Método	Principais resultados	Limitações
Almeida ACS et al., 2023. <i>Brazilian Journal of Infectious Diseases and Health Sciences</i> ⁶	Analisar a notificação de doenças ocupacionais transmissíveis em trabalhadores da saúde	Estudo transversal com dados secundários	Subnotificação elevada e ausência de integração entre sistemas de vigilância	Dados incompletos e limitações dos registros oficiais
Santos MP et al., 2024. <i>Rev Bras Epidemiol</i> ⁷	Avaliar o impacto da COVID-19 na saúde mental e física de trabalhadores	Estudo de coorte com questionários validados	Aumento significativo de transtornos psíquicos e absenteísmo	Amostra restrita e possibilidade de viés de memória
Ramos LFP et al., 2023. <i>Rev Bras Promoção Saúde</i> ⁸	Investigar fatores de risco para tuberculose em profissionais de saúde	Revisão integrativa	Condições precárias de biossegurança aumentam a vulnerabilidade	Escassez de estudos longitudinais

Souza LMT et al., 2024. <i>Journal of Aging and Innovation</i> ⁹	Analisar percepções de trabalhadores sobre riscos biológicos	Estudo qualitativo com entrevistas	Constatou baixa adesão a práticas preventivas e medo da contaminação	Generalização limitada dos resultados
Pereira MCC et al., 2023. <i>Cien Saude Colet</i> ¹⁰	Avaliar políticas públicas de prevenção de infecções ocupacionais	Estudo documental e análise crítica	Falta de articulação intersetorial e financiamento insuficiente	Limitação ao contexto brasileiro
Silva EM et al., 2023. <i>Rev Bras Saude Ocupacional</i> ¹¹	Identificar desafios na vigilância da saúde do trabalhador	Estudo de caso múltiplo	Dificuldades na implementação de políticas e formação de equipes	Pequeno número de casos analisados
Barros FEF, Oliveira MAS, 2023. <i>Interações</i> ¹²	Revisar estratégias de enfrentamento das infecções ocupacionais	Revisão integrativa	Aponta necessidade de formação continuada e supervisão institucional	Escassez de evidências de impacto
Lopes JLT et al., 2023. <i>Rev Esc Enferm USP</i> ¹³	Mapear riscos biológicos na pandemia de COVID-19	Revisão integrativa	Elevado risco ocupacional e lacunas de biossegurança	Base restrita a estudos emergenciais
Naranjo R, Velasco O, 2022. <i>Rev Salud Pública</i> ¹⁴	Descrever impactos psicossociais da pandemia em trabalhadores essenciais	Estudo transversal multicêntrico	Alta prevalência de sofrimento mental e estigma	Autorreporte e viés de desejabilidade social
Almeida IM, Vilela RAG, 2023. <i>Saúde Debate</i> ¹⁵	Analisar limites e avanços das políticas de saúde do trabalhador	Estudo crítico-reflexivo	Evidencia fragilidades estruturais e desigualdades regionais	Limitação pela abordagem predominantemente teórica

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os dados também mostram que a subnotificação de casos, relatada em diferentes investigações, compromete a capacidade de resposta oportuna das equipes de saúde do trabalhador e reforça a invisibilidade de agravos relacionados ao trabalho⁶⁻¹¹. Além disso, observam-se obstáculos na articulação intersetorial entre saúde, previdência e inspeção do trabalho, o que enfraquece estratégias de prevenção e acompanhamento dos casos⁶⁻¹⁰.

Outro aspecto recorrente nos estudos diz respeito ao impacto psicossocial das infecções ocupacionais, que extrapola o adoecimento físico. O medo da contaminação, a incerteza sobre condições laborais e o estigma social associado ao adoecimento produzem sofrimento mental intenso, especialmente entre profissionais da saúde, serviços essenciais e trabalhadores em situação de vulnerabilidade socioeconômica⁷⁻⁸⁻⁹.

As revisões e estudos qualitativos incluídos na análise apontam que a percepção dos riscos biológicos é marcada por contradições: de um lado, há reconhecimento da gravidade do problema; de outro, predominam práticas institucionais pouco aderentes aos protocolos de biossegurança, seja por falta de re-

ursos, seja por culturas organizacionais centradas na produtividade⁶⁻⁸.

A pandemia de COVID-19 representou um ponto de inflexão ao tornar mais visível a precariedade estrutural que historicamente afeta a saúde do trabalhador, mas também evidenciou potencialidades como a adoção de estratégias emergenciais de proteção coletiva e ampliação do debate público sobre condições de trabalho⁷⁻⁹. No entanto, estudos críticos ressaltam que tais avanços ainda são pontuais e carecem de sustentação por políticas de longo prazo e investimentos permanentes⁶⁻¹⁰⁻¹⁵.

Em síntese, a produção científica analisada reforça que os limites da prevenção e controle das doenças infecciosas ocupacionais não se restringem a fatores individuais, mas decorrem de desigualdades históricas, fragmentação intersetorial e ausência de políticas consistentes de valorização dos trabalhadores e fortalecimento da vigilância em saúde⁶⁻⁹⁻¹⁰.

Além dos aspectos estruturais e normativos, a análise dos estudos revela que a eficácia das políticas públicas depende fortemente da participação ativa dos trabalhadores e da qualificação permanente das equipes técnicas responsáveis pela vigilância e prevenção dos

agravos infecciosos⁶⁻⁷. A literatura mostra que, mesmo onde há protocolos bem elaborados, muitas ações permanecem restritas ao plano formal e não se consolidam na prática cotidiana⁶⁻⁸.

Outro ponto crítico diz respeito ao financiamento insuficiente e à descontinuidade dos programas, situação frequentemente mencionada como um dos fatores que inviabilizam o monitoramento sistemático dos riscos biológicos e comprometem a adesão às práticas preventivas⁶⁻¹⁰. Essa fragilidade é agravada pela alta rotatividade dos profissionais e pela precarização dos vínculos de trabalho, fenômenos que reduzem o compromisso institucional com o acompanhamento longitudinal dos casos e a promoção da saúde nos ambientes produtivos⁷⁻⁹.

Os estudos qualitativos evidenciam ainda que o medo da perda do emprego e a pressão por produtividade desestimulam a notificação de doenças transmissíveis, perpetuando uma cultura de silenciamento e naturalização do adoecimento ocupacional⁶⁻⁸. Tal cenário amplia a vulnerabilidade dos grupos mais expostos, como trabalhadores informais, terceirizados e profissionais de serviços essenciais, que acumulam barreiras de acesso à informação, à proteção social e

aos serviços especializados⁹⁻¹⁰.

Por outro lado, algumas experiências relatadas na literatura apontam potenciais caminhos para superar esses entraves. A adoção de práticas participativas, que envolvam trabalhadores na identificação de riscos e na construção de soluções compartilhadas, tem se mostrado estratégia eficaz para fortalecer a vigilância em saúde e estimular a corresponsabilização⁶⁻¹⁵. Da mesma forma, programas de formação permanente e supervisão clínica podem qualificar o processo de trabalho e criar uma cultura organizacional mais sensível aos impactos psicossociais das doenças transmissíveis⁷⁻⁹.

Em conjunto, essas evidências sugerem que a prevenção efetiva das infecções ocupacionais demanda políticas articuladas e sustentáveis, capazes de

integrar aspectos técnicos, éticos e sociais. O compromisso com a promoção da saúde do trabalhador não deve se limitar à resposta emergencial em situações de crise, mas requer estratégias estruturantes de longo prazo que contemplem as especificidades regionais, o financiamento contínuo e a valorização do trabalho humano⁶⁻¹⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados deste estudo evidenciam que as doenças transmissíveis no ambiente laboral permanecem como problema persistente e multifacetado, resultado de determinantes históricos, sociais e institucionais. Embora exista um arcabouço normativo que define diretrizes e responsabilidades, a efetividade das ações ainda é limitada pela

precarização das relações de trabalho, desigualdades regionais e insuficiência de investimentos sustentados.

A pandemia de COVID-19 expôs de maneira inédita essas fragilidades, mas também trouxe à tona experiências inovadoras de gestão e proteção coletiva que podem inspirar novas práticas. Torna-se essencial que políticas públicas sejam orientadas por princípios interseoriais, contemplando não apenas a vigilância e a prevenção de agravos, mas também a promoção de condições laborais dignas e a valorização dos trabalhadores como protagonistas do cuidado. A consolidação de estratégias integradas depende do compromisso político-institucional com a saúde do trabalhador como direito humano fundamental.

Referências

1. Barros FEF, Oliveira MAS. Vigilância em saúde do trabalhador: desafios frente às doenças infecciosas ocupacionais. *Interações*. 2023;24(2):152–69. Available from: <https://multitemasucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/4207>
2. Almeida IM, Vilela RAG. Saúde do trabalhador e políticas públicas: revisitando limites e possibilidades. *Saúde Debate*. 2023;47(137):1084–98. Available from: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/wfM5HRJtkxmKshMFvkf6HNg/?lang=pt>
3. Lopes JLT, Bittencourt HR, Silva AC. Contaminação ocupacional por SARS-CoV-2 em trabalhadores da saúde: revisão integrativa. *Rev Esc Enferm USP*. 2023;57:e20231171. Available from: <https://www.scielosp.org/article/ress/2023.v32n4/e20231171/pt/>
4. Naranjo R, Velasco O. La salud laboral en tiempos de pandemia: análisis de impactos y retos. *Rev Salud Pública*. 2022;24(2):199–211. Available from: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=50121-45002022000200199&script=sci_arttext
5. Rodríguez G, Sandoval V. Evaluación de programas de salud ocupacional en contextos de alta vulnerabilidad. *Gac Sanit*. 2021;35(4):373–9.
6. Almeida ACS, Silva JA, Pereira FL. Notificação de doenças infecciosas ocupacionais entre trabalhadores da saúde no Brasil. *Braz J Infect Dis Health Sci*. 2023;7(2):89–98. Available from: <https://bjhs.emnuvens.com.br/bjhs/article/view/2049>
7. Santos MP, Nunes A, Barreto R. Impactos da COVID-19 sobre a saúde dos trabalhadores brasileiros: estudo de coorte. *Rev Bras Epidemiol*. 2024;27:e240061. Available from: <https://www.scielosp.org/article/rbepid/2024.v27/e240061/pt/>
8. Ramos LFP, Castro TM, Vieira A. Tuberculose ocupacional em profissionais da saúde: revisão integrativa. *Rev Bras Promoção Saúde*. 2023;36:123–31. Available from: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/36421>
9. Souza LMT, Costa PA, Mendes A. Percepções de risco biológico em trabalhadores de serviços essenciais. *J Aging Innov*. 2024;9(3):45–59. Available from: <https://journalofagingandinnovation.org/wp-content/uploads/1JAI9E3.pdf>
10. Pereira MCC, Lima E, Duarte S. Políticas públicas e prevenção de infecções ocupacionais: uma análise crítica. *Cien Saude Colet*. 2023;28(10):2823–32. Available from: <https://www.scielosp.org/article/csc/2023.v28n10/2823-2832/pt/>
11. Silva EM, Rocha DF, Almeida L. Desafios na vigilância em saúde do trabalhador: estudo de casos. *Rev Bras Saude Ocupacional*. 2023;48:e23. Available from: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/WyzpZkGZMPjV6XV5hqVMkdP/>
12. Barros FEF, Oliveira MAS. Vigilância em saúde do trabalhador: desafios frente às doenças infecciosas ocupacionais. *Interações*. 2023;24(2):152–69. Available from: <https://multitemasucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/4207>
13. Lopes JLT, Bittencourt HR, Silva AC. Contaminação ocupacional por SARS-CoV-2 em trabalhadores da saúde: revisão integrativa. *Rev Esc Enferm USP*. 2023;57:e20231171. Available from: <https://www.scielosp.org/article/ress/2023.v32n4/e20231171/pt/>
14. Naranjo R, Velasco O. La salud laboral en tiempos de pandemia: análisis de impactos y retos. *Rev Salud Pública*. 2022;24(2):199–211. Available from: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=50121-45002022000200199&script=sci_arttext
15. Almeida IM, Vilela RAG. Saúde do trabalhador e políticas públicas: revisitando limites e possibilidades. *Saúde Debate*. 2023;47(137):1084–98. Available from: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/wfM5HRJtkxmKshMFvkf6HNg/?lang=pt>